

O ENSINO REMOTO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Samantha Rocha de Souza¹
Salomão Rocha de Souza²
Denilson Diniz Pereira³
Graciene Matos Lopes⁴

RESUMO

A pesquisa descreve a inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto a partir da pandemia por COVID-19, observou-se o cenário caótico e a necessidade de estabelecer medidas de isolamento social, ocasionando o fechando de instituições de ensino, evidenciando nesta perspectiva a fragilidade da educação no município de Parintins no Baixo Amazonas. Neste pensar o questionamento pauta-se em como tem sido a educação dos alunos com deficiência por meio do ensino remoto em Parintins? A mesma assume uma abordagem qualitativa por compreender que o tema pesquisado é dinâmico, na qual possibilitou conhecer tal questionamento por meio de entrevista semiestruturada e observação direta e o período de realização da coleta de dados teve a duração de aproximadamente seis meses a contar do momento do levantamento bibliográfico. Sendo assim, a pesquisa expõe saberes, abarcar olhares e percepções que levem às discussões sobre a prática pedagógica de uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais. Assim somente em 2021, foi pensado estratégias de ensino para alunos com deficiências por meio do ensino remoto, observando mudanças significativas na educação dos mesmos e fortalecendo o dual escola e família. De modo que o trabalho pedagógico da Educação Especial na escola pesquisada permita o desenvolvimento de conhecimentos e valores que possam servir de instrumentos mediadores da interação do indivíduo com o mundo e com as diferenças.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia pelo vírus COVID-19, o mundo tem enfrentado dias difíceis, que acarretou grande risco para todas as categorias inclusive para as pessoas com deficiência, ocasionando o isolamento social e fechamento das escolas, evidenciando as suas fragilidades sociais, culturais, econômicas e política.

¹Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Professora Municipal, E-mail: sam.souza1@hotmail.com;

² Graduado do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado do Amazonas UEA, E-mail: srs.mat@uea.edu.br;

³ Doutorando em Educação PUC Minas. Professor do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, E-mail: denilsondinizp@ufam.edu.br;

⁴ Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, gracimlopes@gmail.com;

Com a inserção do ensino remoto para todas as categorias de ensino a equidade educacional ficou defasada. Uma vez que, a garantia do direito a educação foi colocada aos profissionais de forma isolada.

Neste pensar o questionamento principal da pesquisa é como tem sido a educação dos alunos com deficiência por meio do ensino remoto?

A mesma encontra-se fundamentada em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e baseada nos relatos de experiência de uma professora de Sala de Recurso Multifuncional por meio de entrevista semiestruturada.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi descrever o processo educacional dos alunos com deficiência no ensino fundamental I por meio do ensino remoto em uma escola municipal de Parintins no Baixo Amazonas.

E verificar se o ensino remoto estará fazendo seu papel de forma significativa, e se estará proporcionando aos alunos com deficiência uma participação mais efetiva relacionado ao processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de cunho qualitativo, pois procurou descrever os fenômenos ocorridos no caso pesquisado, identificando a problemática segundo a perspectiva dos indivíduos envolvidos na Instituição.

Consideramos este trabalho uma pesquisa científica, pois de acordo com o autor Gil:

Pode-se definir ciência mediante a identificação de suas características essenciais. Assim, a ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. O conhecimento científico é objetivo porque descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador. É racional porque se vale sobretudo da razão, e não de sensação ou impressões, para chegar a seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. (GIL. 2008, p. 02)

Quanto à forma de estudo do objeto, no primeiro momento a pesquisa foi bibliográfica, na medida em que foi realizado um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhados por outros estudiosos, assimilando conceitos e explorando os aspectos já publicados. O local da pesquisa foi uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I, no baixo amazonas na zona urbana do município de Parintins.

Os sujeitos da pesquisa foram: uma professora da Sala de Recurso Multifuncionais e alunos do Atendimento Educacional Especializado - AEE, devido que o ponto chave desta

pesquisa esteve nas respostas e ações realizadas durante os momentos de observação e entrevista com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

O método de observação tem um papel imprescindível na pesquisa, uma vez que é utilizada exclusivamente para obtenção de dados. Logo, o pesquisador deve ter cuidado com a quantidade de informações, sendo necessário planejar o que deseja pesquisar. (GIL, 2008, p.100). A entrevista, é uma técnica de investigação por meio de perguntas formuladas com o objetivo de coletar dados do interesse do investigador. (GIL, 2008, p.109).

Foi assumido durante a elaboração desta pesquisa, o compromisso de manter uma postura ética com relação ao material coletado a partir de observações a fim de ter o cuidado de não revelar informações que possam constranger de qualquer forma os sujeitos entrevistados. Cabe salientar que todos os sujeitos envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva, é um tema instigante e desafiador devido o momento pandêmico e histórico em que passamos.

O ensino remoto demonstra que muitos são os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação e alunos, potencializando essa barreira quando se trata de alunos com deficiência.

Por certo, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas-ONU, bem como, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI de nº 13.146/2015 que expõem no art. 27:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Compreende-se que os alunos com deficiência devem ser incluídos no âmbito escolar e garantido o direito a educação de modo que realizem todos os processos educacionais e desenvolvam suas habilidades para a vida diária.

No município de Parintins no Baixo Amazonas devido a pandemia a Secretaria Municipal de Educação teve de se adequar a repentina modificação na forma de ensinar, observando que esse direito não foi garantido a todos, e um dos motivos seria a falta de

formação continuada para os profissionais da educação e apoio adequado para suprir tal necessidade, que alavancou o retrocesso na educação dos alunos com deficiência.

Considerando tal fato, o sistema de ensino remoto mostrou dificuldades e expôs a baixa qualidade de ensino em Parintins, podemos vincular essa baixa qualidade educacional a falta de conexão com a internet, alunos sem condições financeiras para a aquisição dos aparelhos eletrônicos e/ou alimento, esbarrando em um ponto bastante discutido que é a importância da merenda escolar.

A necessidade de compartilhar do mesmo aparelho e único cômodo da casa com os demais familiares. E ainda a negligência familiar, a falta de tempo do responsável ao passar o dia inteiro no trabalho para o sustento da casa. O apoio do responsável que apresenta alguma limitação educacional que interfere na compreensão e aplicação dessas atividades a distância, ou situações emocionais como medo, ansiedade, ausência de afetividade geradas pelo isolamento social. E ainda o despreparo dos professores para executar, engajar e avaliar os alunos.

No Estado do Amazonas foi confirmada a primeira morte devido a contaminação por COVID-19 no dia 13 de março de 2020, levando a implantação do Decreto nº 42061 (AMAZONAS, 2020), que declarou situação de emergência na saúde pública, tendo como medida de segurança o isolamento social, ou seja, o fechamento de todas as instituições não essenciais.

Em virtude dos fatos mencionados, a Prefeitura de Parintins implantou diferentes decretos como o Decreto nº 014/2020 (PARINTINS, 2020), que determinou o isolamento social e a suspensão de atividades que não são essenciais, incluindo as escolas.

Nesse sentido, para dar continuidade a educação considerou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), Art. 32 §4º que permite o ensino a distância em situações emergenciais, e o artigo 35 §8º sobre ensino fundamental à distância, assim como o Art. 80. Lei 9394/96, que apresenta o Poder Público como incentivador ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e que se respaldam na resolução 20/2020 (AMAZONAS, 2020) que determina aulas a distância para evitar a contaminação pelo COVID-19.

Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação - SEMED de Parintins-AM consulta o Conselho Municipal de educação - CME e apresenta o projeto que viabilizou o ensino a distância nas escolas municipais durante a pandemia. Projeto esse que tem como apoio a realidade dos alunos do município de Parintins da Zona Urbana e Zona Rural que não possuem acesso ao wifi, aparelhos eletrônicos como celular, computador ou televisão, mas a

grande maioria das famílias possuem um rádio que é o maior meio de comunicação dessa localidade.

Seguindo este eixo, é lançado o projeto “*Aprendendo em casa pelas ondas do rádio*”, tendo como público-alvo os alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Parintins-AM, na qual oferece aulas pelo rádio e materiais impressos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que possuem prioridade segundo a base curricular e se apresentam como as disciplinas com maior índice de defasagem no ensino fundamental. (BRASIL, 2019).

Não há dúvidas que o projeto deixa a desejar no sentido de inclusão dos alunos com deficiência. Conforme BRASIL/SEESP-MEC (1994), a educação inclusiva compreende em um ensino regular que transforma o espaço escolar para todos as pessoas, garantindo o direito a educação por três princípios básicos: normalização, integração e individualização.

Diante do exposto, nosso questionamento é como tem sido a educação dos alunos com deficiência em uma escola municipal de Parintins.

No ano de 2020 a educação para alunos com deficiência no município de Parintins se baseou em uma exclusão, tendo em vista, à falta de apoio do poder público que deixou a cargo da responsabilidade da escola apresentar meios para subsidiar um ensino de qualidade.

A ausência de formação continuada fez com que os professores desvalorizassem e negassem a capacidade dos alunos com afirmações do tipo: “meu aluno autista não consegue se concentrar para permanecer na atividade planejada por meio do rádio, e não vai ser capaz de acompanhar pelo WhatsApp”.

É inegável que essa desqualificação emergida da falta de informação a respeito das habilidades do aluno com deficiência proporcione limitações no ensino inclusivo, pois do ponto de vista de Carvalho:

As barreiras para a aprendizagem não existem, apenas, porque as pessoas sejam deficientes ou com distúrbios de aprendizagem, mas decorrem das expectativas do grupo em relação às suas potencialidades e das relações dos aprendizes e os recursos humanos e materiais, socialmente disponíveis, para atender às suas necessidades. (CARVALHO. 2019, p. 41)

O autor destaca que o progresso da aprendizagem do aluno com deficiência é ligado a forma como o professor percebe esse aluno, e nos meios que se utiliza para ensinar a partir das adequações em suas metodologias para desenvolver de forma satisfatória as habilidades desse aluno. Deixando claro que se o professor realiza julgamento incorreto isso causa limitações em sua prática docente levando ao fracasso no processo de ensino-aprendizagem desse aluno.

Nessa lógica a escola municipal em questão tem buscado manter a parceria do professor titular e os professores da Sala de Recurso Multifuncional com o intuito de trocar experiências necessárias para quebrar os paradigmas a respeito da educação de alunos com deficiência.

De acordo com Foucault (2012), a atuação do professor na educação é imprescindível e gira em torno de uma equipe que costuma buscar e apresentar métodos para garantir a equidade na escola. E certoque para essa dinâmica acontecer é preciso ter tolerância, humildade e paciência para buscar conhecimento e meios que possam transmitir a certeza de que todos os alunos são capazes de aprender por meio de tempo, didática e materiais diferenciados.

Percebe-se que é de suma importância preparar os profissionais para tornar essa relação à distância uma relação que dará frutos, juntamente com o apoio da família por meio do laço de afetividade que é essencial no processo de ensino-aprendizagem. Como bem esclarecido por Deleuze e Gatarri (1997), ao apontar que, o desejo de aprender vem do contato e afeto entre o educador e o estudante.

Todavia, esse aspecto foi interrompido pelos decretos que viabilizaram o isolamento social, deixando o ensino à mercê de um ensino a distância e sob a responsabilidade dos professores, pais e responsáveis a garantia da educação.

Contudo, tais informações contrapõem o que diz a Constituição Federal, ao estabelecer no Art. 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.148)

É notório que não é papel somente da família e professores, mas sim de um conjunto que devem afiançar os direitos das crianças, adolescentes e jovens.

Assim como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, e estabelecem que o Estado deve assegurar o acesso, permanência e aprendizagem do aluno com deficiência por meios que facilitem o ensino como o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse

atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL. 2008)

Compreende que esse atendimento é um serviço de apoio, e segundo a resolução de CNE nº 4/2009 deve ser ofertado no horário contrário, e prioritariamente na Sala de Recurso Multifuncional e deve disponibilizar a acessibilidade por meios de recursos pedagógicos acessíveis e atitudinais que viabilizem a aprendizagem significativa dos alunos com deficiência.

Para isso, encontra-se estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão de nº 13.146/2015, Art. 28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar esse processo de ensino dos alunos deficientes.

A professora da Sala de Recursos Multifuncionais relata que no município de Parintins o AEE tomou um novo formato de ensino devido a suspensão das aulas presenciais, sendo realizado um cronograma de atendimento aos alunos com deficiência, pais ou responsáveis que foram a Sala de Recurso Multifuncional da escola para retirar dúvidas e ainda receber os materiais didáticos para a garantia do acesso, permanência e aprendizagem dos mesmos.

Em momento posterior foram realizadas visitas nas residências dos alunos com deficiência, com o objetivo de descrever habilidades específicas e entregar os materiais impressos e jogos didáticos confeccionados pelos professores.

É de fundamental importância esclarecer que em todos os momentos foram tomadas medidas de biossegurança garantindo a saúde dos alunos com deficiência, profissionais da educação e dos pais ou responsáveis.

As atividades que são repassadas aos alunos com deficiência pela professora da Sala de Recurso Multifuncional, tiveram como objetivo desenvolver a autonomia do aluno e sua inserção na sociedade.

Diante do exposto podemos perceber que a profissional dessa escola municipal consolidou sua forma de ensinar baseados na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, dando ênfase as competências e habilidades.

Para Suplino (2005, p. 28), a “escola de ensino regular está no caminho certo, ao buscar e dá seguimento aos processos educacionais dos alunos com deficiência por meio de atividades que potencializem a autonomia nos afazeres de seu cotidiano”.

Entende-se que a família pode auxiliar na continuidade do desenvolvimento no trabalho escolar em casa, assim como em questões de indisciplina e desmotivação dos alunos sejam eles deficientes ou não, observando a importância do dual escola e família.

De tal modo, segundo os enunciados da entrevista com a professora de Sala de Recursos Multifuncional, no ano de 2021 em Parintins parceria da Secretaria Municipal de Educação, equipe escolar e a família foi perceptível a visualização do sucesso da aprendizagem dos alunos com deficiência comparado ao ano de 2020, visto que em 2021 os profissionais da educação especial participaram da I formação de construção de jogos didáticos para alunos com deficiência e outros cursos de formação continuada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido a pandemia pelo vírus COVID-19, foi suspenso todo tipo de atividade presencial após o isolamento social que ocasionou o fechamento das escolas, levando a necessidade imediata da implantação do ensino remoto que evidenciou as fragilidades sociais, culturais, econômicos e políticos.

No município de Parintins devido a sua realidade específica como a baixa qualidade educacional a falta de conexão com a internet, alunos sem condições financeiras para a aquisição dos aparelhos eletrônicos e/ou alimento, esbarrando em um ponto bastante discutido que é a importância da merenda escolar, a Secretaria Municipal de Educação realizou a implantação do projeto “*Aprendendo pelas ondas do Rádio*”, que contempla o acesso de mais da metade dos alunos, uma vez que, o rádio é um aparelho de baixo custo e bastante acessivo a população parintinense.

Notou-se que dentro desse projeto os alunos com deficiência principalmente os deficientes auditivos foram esquecidos e excluídos do sistema, tendo em vista que estavam matriculados, mas não recebiam os suportes necessários para garantia dos seus direitos, ao negligenciarem as leis que asseguram a educação igualitária e de qualidade dentro de qualquer pretexto.

Fica ainda mais claro perceber tais informações segundo as respostas da entrevista com a professora de Sala de Recursos Multifuncionais, que aponta que as devolutivas das atividades com esses alunos estavam sendo positivas, mostrando que o esforço e compromisso dos professores dessa escola estão sendo satisfatório. A mesma destaca ainda que, não podemos esquecer da participação da família que tem um papel fundamental nesse processo, e da ajuda do poder público.

Vimos que o professor desde o início da quarentena não parou de trabalhar, só que muita gente confunde trabalho do educador com o de cuidador presencial e isso diz muito sobre como a sociedade vê a escola como um depósito.

Certamente que além das legislações que aparam a garantia dos direitos a educação dos alunos com deficiência em todas as modalidades de ensino, é necessário conhecer a realidade de nossas escolas, sobretudo as públicas. Com o objetivo de detectar as necessidades e viabilizar políticas públicas que possam garantir e desenvolver o direito a saúde e a educação para todos.

Observa-se que a COVID-19 acabou sendo um espelho que reflete as crises de nossa sociedade. Fazendo com que os sintomas das doenças que nossa sociedade sofria antes da pandemia se destaquem com mais força, e um desses sintomas observados é o cansaço. De uma forma ou de outra, todos nós sentimos hoje muito cansados e extenuados. Durante a pandemia os professores sentiram-se até mais esgotados ainda do que de costume e até mesmo a inatividade a que o confinamento obriga causa fadiga, então não é a ociosidade, mas o cansaço, que impera em tempos de pandemia.

Portanto, o trabalho da educação especial nas escolas regulares permite o desenvolvimento de conhecimentos e valores que possam servir de instrumentos mediadores da interação do indivíduo com o mundo e com as diferenças. Sendo preciso que o Ensino Remoto adote ações pedagógicas que desenvolva capacidade de fazer apreciações comprometidas com a sociedade, garantindo o exercício pleno da cidadania, para que possa assumir postura crítica e ética frente ao momento ao qual estão vivenciando, a partir de suas limitações e diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe um novo olhar sobre o processo educacional no Brasil, uma visão ainda maior de desigualdade, e dentro desta perspectiva podemos citar segundo os enunciados da entrevista realizada com a professora de Sala de Recursos Multifuncionais que, a educação especial que foi esquecida no ano de 2020 com a implantação realizada pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED do sistema de ensino remoto e sem um planejamento adequado que atendesse as particularidades dos alunos com deficiência.

Neste viés observou-se que a desigualdade se potencializou na pandemia e descreveu a necessidade de mudanças reais em aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos

O projeto “*Aprendendo em casa pelas ondas do rádio*” implantado somente no município de Parintins, foi de grande valor para a educação com atividades pedagógicas não presenciais por meio de programa de rádio, pela adoção de material didático impresso com

orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

Os professores mantiveram a rotina de contato com as turmas, pais e responsáveis, via aplicativos de mensagens instantâneas ou outros dispositivos de comunicação à distância, para orientá-los sobre as estratégias de continuidade do currículo escolar definidas pela pasta e no retorno às unidades de ensino, serão aplicadas verificações de aprendizagem para fins de validação do conteúdo ministrado durante as transmissões do regime especial.

Infelizmente somente em 2021, foi pensado estratégias de ensino para alunos com deficiências por meio do ensino remoto, observando mudanças significativas na educação dos mesmos, fortalecendo o dual escola e família.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. (2020) Decret o N° 42061 de 16/03/2020 (Dispõe sobre a declaração de situação de emergência na saúde pública do Estado Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e institui o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19). Governo do Estado Amazonas. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391375>. Acesso em: 15 abril. 2021

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 21 maio. 2021.

Brasil. (2019). **Relatório Brasil no PISA 2018. Versão Preliminar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>. Acesso em 15 abril. 2021.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CURY, C. R. J. et al. **O Aluno com Deficiência e a Pandemia**, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22a ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARINTINS. (2020a). Decreto N° 014/2020-PGMP (Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins). Prefeitura de Parintins (PGMP). Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/uploads/102930.pdf>. Acesso em: 21 abril. 2021

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental**. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência, v. 11). Brasília, DF: SEDH; CNIPPD; Maceió:ASSISTA, 2005. Disponível em:http://feapaesp.org.br/material_download/566_Livro%20Maryse%20Suplyno%20%20Curriculo%20Funcional%20Natural.pdf. Acesso em: 22. maio. 2021.